
terra roxa

e outras terras

Revista de Estudos Literários

VOZES FEMININAS E ÉTNICAS: A NARRATIVA ENQUANTO EXPRESSÃO DA VIDA

Maria Aparecida de Barros (UEL)
mapdebarros@gmail.com

RESUMO: A memória de duas mulheres afro-descendentes, uma pertencente ao século XIX, conto *A Escrava*, de Maria Firmina dos Reis, e outra ao século XXI, depoente que integra nossa pesquisa de Mestrado, é ponto angular deste trabalho. Aproximar essas vozes, permeadas pelos saberes da cultura africana, que mesmo separadas no tempo e no espaço, revelam o que é ser mulher negra numa sociedade excludente, constituiu nosso objeto de estudo.

PALAVRAS-CHAVE: benzimento; memória; religiosidade; voz feminina.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Memórias de mulheres negras. A voz evoca lembranças que refletem vivências sinalizadas pela dor, pelo sofrimento. Evidenciam marcas identitárias. A memória para o povo afro-brasileiro fundamenta o processo de reconstituição da identidade, esfacelada pela escravidão. Juntar recortes de vidas, experienciadas em África e Brasil, e recontá-los resulta numa nova história da africanidade brasileira, na qual a condição da mulher afro-descendente aflora na teia discursiva.

O objetivo desse trabalho é destacar a voz feminina, presente na narrativa *A Escrava*, de Maria Firmina dos Reis, conto publicado em 1888 e cotejar essa voz com algumas lembranças de uma afro-descendente do interior do Norte do Paraná, que integra nosso projeto de pesquisa.

Essas vozes estão separadas no tempo e no espaço, sendo uma pertencente ao século XIX e outra ao século XXI. Embora em contextos temporais diferenciados, pretende-se aproximar os discursos e observar o ponto de vista da mulher negra. A me-

mória entretecida no discurso revela as condições de produção e vida dessas atrizes sociais, que carregam na pele a marca da discriminação, numa sociedade delimitada pela não aceitação do outro.

MARIA FIRMINA DOS REIS: CONTO A ESCRAVA – REVELAÇÃO DA VOZ FEMININA

Maria Firmina dos Reis constitui figura expressiva, driblou as agruras de seu tempo, no qual a mulher e os afro-descendentes estavam à margem dos bens, principalmente o intelectual. Ao transpor as barreiras sociais - a de ser mulata, e bastarda - conseguiu tornar-se professora e escritora no Maranhão, estado de seu nascimento e morte (11/10/1825, São Luís – 11/11/1917, Guimarães).

Sua escritura abarcava gêneros variados: poesia, crônica, ficção, charada, hino. Dentre os méritos dessa mulher de vanguarda, encontram-se a produção de dois romances: *Gupeva* e *Úrsula*. O primeiro retrata o universo indianista, enquanto o outro aborda a amizade entre um homem branco e um homem negro, que ajuda o primeiro em várias situações. A evidência da moral elevada do homem negro aparece na medida em que auxilia os jovens enamorados na realização de seus sonhos.

Maria Firmina dos Reis retratou os conflitos das relações humanas nos jornais, e para subverter o engessamento patriarcal e os condicionantes que inibiam a ação da mulher na sociedade brasileira no século XIX, deu voz a personagens marginais, como à mulher no conto *A Escrava*.

A estrutura narrativa do conto *A Escrava* perfila-se de forma contrária à abordagem literária tradicional, na qual negros e mulheres eram destituídos de seus pontos de vista. O narrador assumia as vozes e as ações de suas personagens, capturando-as e aprisionando-as no ideário eurocêntrico que reinava na sociedade oitocentista.

É nesse cenário que desponta a escritora Maria Firmina dos Reis. Ao demarcar o estilo literário em que o sujeito negro se enuncia, bem como seu drama existencial, dá contornos à situação vigente e principia a edificação de uma literatura afro-brasileira, que se alinhava na memória cultural africana.

A esse respeito, Lobo (2007) destaca que houve uma cisão literária, que rompeu com a representação do negro pelo viés da submissão, como propriedade patriarcal, desvalorizado e maculado em sua índole figurando como “objeto”. Na nova página, principiada por Maria Firmina dos Reis, há em sua feitura estética exaltação à ancestralidade africana. Ao retratar o ser negro, difunde a complexidade de sua moral. O acesso à voz, o direito de falar de si e de seus problemas circunstanciais, edifica e confere ao negro atuar como “sujeito” histórico. A essa dimensão estética, imprimiu-se o suplemento afro, que se notabiliza por uma criação artística negra brasileira, erigida pelos afro-descendentes: “Assim, poderíamos definir a literatura afro-brasileira como a produção literária de afro-descendentes que se assumem ideologicamente como tal, utilizando um sujeito de enunciação próprio” (Lobo 2007: 315).

Considerando a acepção do vocábulo “suplemento”, associado à conduta de Maria Firmina, Duarte (2009) considera a maranhense como inovadora, ousada por contemplar a africanidade brasileira pela voz de Joana, a qual desnuda e registra a perversidade a que estavam submetidos os seres humanos que se encontravam na condição de escravos. Com essa opção, a escritora, sutilmente, desenhou, por sua estética, uma nova sociedade brasileira, banindo dela a brutalidade e a segregação. A esse propósito, Duarte afirma que “Essa voz feminina emerge, pois, das margens da ação para carregá-la de densidade, do mesmo modo que também emerge das margens da literatura brasileira para agregar a ela um instigante suplemento de sentido: o de afro-brasilidade” (2009: 6).

A voz individual abarca a coletividade à medida que narra a condição de ser negro num regime denotado pela violência. Além disso, essa voz feminina associa-se à voz autoral, que também se encontra no âmbito periférico, marcada pela cor (mulata), pela condição social (pobre) e pelo gênero (mulher).

Ao enunciar-se pelo discurso literário que evidencia a estética negra, rumo para uma nova literatura que reconhece e valoriza a história e a memória do povo africano, fortalecendo a sua identidade e o seu pertencimento, aproximando a autora do que postula Ironides Rodrigues, ao asseverar em entrevista que: “A literatura negra é aquela desenvolvida por autor negro ou mulato que escreve sobre sua raça dentro do significado do que é ser negro, da cor negra, da forma assumida, discutindo os problemas que a concernem: religião, sociedade, racismo” (Ianni 1988: 32).

Com passos firmes, porém na tangente, devido ao discurso opressor da sociedade, a autora coloca-se à frente de sua época, para criticar e se posicionar contra o processo escravagista. O seu texto literário reveste-se em atuação política.

O ponto de vista adotado pela escritora demarca o espaço histórico/ideológico, que se nutria na base social e econômica. Difere-se de escritores que tematizavam o negro como objeto, ressaltando-lhe a malandragem, a sensualidade, entre outros, características atribuídas pela sociedade branca.

A literatura de Maria Firmina confere representatividade positiva ao negro. Para tanto, seu texto recorre ao discurso direto. Assim, a voz negra, enclausurada pelas mazelas sociais, denuncia os transtornos, barreiras e sofrimentos vivenciados e emite juízo de valor acerca da escravidão. A voz do narrador soma-se à voz da protagonista, rumando para a concretização de um ideário que instiga o reconhecimento daqueles que se encontravam à margem do poderio senhorial e intencionava buscar a transformação social. Assim, conclui Duarte: “Como é sabido, o ponto de vista adotado configura-se em indicador preciso não apenas da visão de mundo autoral, mas também do universo axiológico vigente no texto, ou seja, do conjunto de valores morais e ideológicos que fundamentam as opções até mesmo vocabulares presentes nessa representação” (2007: 5).

Na convergência de vozes, sobressai a voz denunciadora, que clama pela liberdade e a consolidação de uma sociedade plural, que valorize sua população.

MEMÓRIA E VOZ FEMININA: APROXIMAÇÕES

Torna-se difícil mensurar qual parte do processo escravagista foi mais brutal. Já no início da diáspora, violentamente imposta, de África ao Novo Mundo, os negros eram obrigados a apagarem sua memória, pois com a identidade cultural deletada o ser negro estava condenado a lugar nenhum. Sobreviver à morte da escravidão, na feição da desagregação, do desamparo, da violência, materializou-se em luta. Reelaborar a identidade, sorvendo-se na ancestralidade social foi fator relevante para manutenção dos laços com África.

Preponderante a reconstituição dos estilhaços memorialísticos para organização grupal, já que os fios da memória foram componentes elementares na recomposição da tradição. Os remendos memorialísticos sustentaram a individualidade e a integridade negra. A evocação da memória efetuada na melodia vocal e a manifestação corporal representaram pilares de sustentação para os laços identitários, símbolo de resistência. Em relação ao papel relevante da memória para o grupo social, Halbawachs esclarece que:

Quando dizemos que o indivíduo se conduz com a ajuda da memória do grupo, é necessário entender que essa ajuda não implica na presença atual de um ou vários de seus membros. Com efeito, continuo a sofrer a influência de uma sociedade ainda que tenha me distanciado: basta que carregue comigo em meu espírito tudo o que me capacite para me posicionar do ponto de vista de seus membros, de me envolver em seu meio e em seu próprio tempo, e de me sentir no coração do grupo. (1990: 121)

Na pluralidade de vozes se consubstancia a memória, que é o ato de lembrar o passado. Nessa ação se enviesam presente e passado para reatualização dos acontecimentos. A memória constituiu-se em manancial, nutriente para formação de gerações: “Enfaticamente, no campo da música, da dança e da religiosidade, as tradições culturais permanecem como espaços privilegiados de memória e de recriação, o que faz das performances um dos elementos significativos na transmissão, circulação e reconfiguração da memória dos afro-descendentes” (Souza 2007: 31).

A voz transpôs fronteiras e barreiras demarcadas pelo tempo e espaço. As memórias de Joana repercutem nas lembranças de Dona Cândida. Dona Cândida é uma afro-descendente, pobre, analfabeta, residente em Cornélio Procópio, pequena cidade do norte paranaense. Com seus 85 anos continua, ainda, na árdua luta pela sobrevivência, complementa a renda de sua aposentadoria como vendedora ambulante.

Vivaz em suas memórias, Dona Cândida dá tons às palavras. A simplicidade, a rapidez do fluxo narrativo - a performance descortina histórias de vida que designam a complexidade existencial. Os fatos abundantes ecoados de lembranças remotas interagem com acontecimentos atuais. Esta plasticidade molda a densa vivência da depoente, amenizam as fundas cicatrizes de uma vida marcada pela dor, luta e, so-

bretudo, pela teimosia de um bem viver. “O grande narrador tem sempre suas raízes no povo, principalmente nas camadas artesanais” (Benjamin 1994: 214).

Com o advento da escrita e sua larga divulgação através da imprensa, a oralidade foi relegada, sendo considerada menor, porque se atrelava às “culturas primitivas”, ou seja: população que tem a oralidade como instrumento de propagação de conhecimento. As memórias, as lembranças, compõem o repertório cultural, fio condutor de crenças, valores, costumes, alicerces de gerações. O conhecimento escrito é passado pela linguagem oral: “Porém a despeito dos mundos maravilhosos que a escrita abre, a palavra ainda subsiste e vive. Todos os textos escritos devem de algum modo, estar direta ou indiretamente relacionados ao mundo sonoro (...). ‘Ler’ um texto significa convertê-lo em som (...). A escrita nunca pode prescindir da oralidade” (Ong 1998: 16).

Assim, as histórias penetraram nas profundezas do inconsciente, forjando identidade. Narrativas cunharam vidas, subvertendo a opressão social. Uma gama de memória processada pela oralidade foi capturada pela escrita, constituindo-se numa malha, estampada por múltiplas vozes, levando à reflexão, pois funde o ser na humanidade.

A articuladora desse artigo intenta recolher a “voz” e registrá-la em forma de “letra”, uma vez que a vivência de Dona Cândida se reveste da tradição oral: “O relato oral é um misto de lembranças e atualizações, nele se reproduz um fato que é coletivo e também crivado de impressões pessoais” (Fernandes 2002: 25).

Linguagem oral e escrita se imbricam, ambas têm seu valor, inclusive no campo literário, que por muito tempo margeou o valor da oralidade, “se a literatura não pode ser desvinculada de cultura, ela pode acolher tanto a letra quanto a voz” (Fernandes 2002: 23). Maria Firmina dos Reis incorpora esse recurso à sua estética ao trazer ao campo literário a memória, a oralidade de figuras relegadas pela hegemonia social.

A protagonista Joana do conto *A Escrava*, ao ganhar a voz pelas mãos do narrador, rememora o sofrimento de criaturas desprovidas de recursos para se afirmarem num espaço regido pela violência. Os direitos são negados, restando somente o árduo trabalho que aos poucos consome a dignidade, a vitalidade: “Minha pobre mãe deu um grito e caiu estrebuchando. Sobreveio-lhe febre ardente, delírios e três dias depois estava com Deus. Fiquei só no mundo, entregue ao rigor do cativo” (Reis 2004: 254).

Na evocação transcrita, a personagem Joana completava sete anos de idade, momento em que sua mãe veio a óbito, ao comprovar que foram enganados pelo proprietário de escravos. Pois o pai de Joana reuniu toda economia resultante de seu trabalho e comprou a liberdade da filha. Na transação, o senhor de escravos emitiu uma papel para legalizar a alforria. Após este feito, o pai de Joana faleceu. Continham no papel/documento algumas palavras desconexas, “sem assinatura, sem data”. Ato zombeteiro e aproveitador do fazendeiro, porque tirou proveito da condição subalterna e do analfabetismo dos escravizados.

Por volta de 1935, Dona Cândida contava com onze anos de idade, já em tenra idade assumia a responsabilidade e compromissos pertinentes a adultos:

Ô fia, eu vô ti falá uma coisa. Eu falei: o qui é mãe? Cê fala pra Gerarda e a Zinha torra uma tantada de café i fala pra Gerarda enchê o canto di lenha, qui vai chovê bastanti. Prusiandu, assim, morreu, treis horas da tarde, é a hora qui ela morreu [...] Eu sofri muito...muito...muito...cum onzi aninho, prá cuidá do pai, cuida de cincü irmãozinho. (Entrevista com Cândida Gomes, 2009)

Nessa passagem, Dona Cândida adentra no mundo adulto ao assumir a função de sua mãe, para promover a sobrevivência familiar.

Assim, o ontem e hoje se aproximam no elemento “cativeiro”, que assola, aprisiona pessoas que se encontram à margem social. A desumanização do cativeiro caiu com força inexorável sobre Joana. Metaforicamente, ela morreu aos sete anos, porque a liberdade lhe foi arrancada, se tornou escrava e no processo de escravidão perdeu sua identidade.

Esse cativeiro presentificou-se na vivência de Dona Cândida, pois a morte de sua mãe representou a morte de sua infância. A condição social se revelou na criança travestida de mulher.

As memórias se entrelaçam nos recortes narrados por Joana e na experiência relatada por Dona Cândida. Acerca dessa forma de se expressar, Lobo faz a seguinte exposição: “Uma das marcas da literatura afro atual é justamente a forma confessional. A escrita de perfil existencial, reconstruindo uma história própria, sentida por um povo vencido e até aqui massacrado” (1993: 328).

Ao romper com o silêncio imposto, as vozes se alinham na medida em que ressaltam a condição de ser mulher negra numa sociedade excludente.

Nascimento (2006) assinala que o legado da escravidão não foi suprimido pelo 13 de maio, visto que não houve medidas legais que assegurassem cidadania à população negra. Liberdade sem o direito ao espaço social se consolidou em injustiça e deixou à deriva os marcados com a pele negra. Este estigma, acrescido à ausência de políticas públicas, levou a população afro-brasileira a abrigar-se em zonas periféricas e encontrar novas estratégias de sobrevivência. Contudo, a brutalidade não destruiu a memória, manancial para edificação da identidade. Nascimento traz à tona esse dilema da liberdade negada ao afirmar que:

Nem escravos, nem cidadãos, um corpo sempre a meio caminho de. [...] [que] recusando o claustro determinista de uma sociedade excludora, mobiliza-se incessantemente em busca de espaços menos estrangulados onde poder movimentar seu corpo, onde fazer circular sua palavra, onde assentar seus valores. (2006: 35-37)

A proteção sustentou-se na memória, que pautada na tradição ritualizou valores, ressignificou os laços identitários.

Em relação ao ponto de vista, empregado no conto, Maria Firmina dos Reis valeu-se da conduta cristã para se colocar contra a escravidão. A voz narradora dirigiu-se a um grupo seletivo da sociedade e proferiu o seguinte discurso:

Levantai os olhos ao Gólgota, ou percorrei-os em torno da sociedade, e dizei-me: Para que se deu em sacrifício, o Homem Deus, que ali exalou seu derradeiro alento? Ah! Então não é verdade que seu sangue era o resgate do homem! É então uma mentira abominável ter esse sangue comprado a liberdade? E depois, olhai a sociedade... Não vedes o abutre que a corrói constantemente!... Não sentis a desmoralização que a enerva, o cancro que a destrói? (Reis 2004: 241-2)

Com esta postura, ironizou a conduta de senhores de escravos e da própria igreja, que comungavam a irmandade, a solidariedade e atuavam contrariamente a esse ideário ao segregar negros e mulheres, além de preservar e lucrar com o comércio de seres humanos. Observa-se, também, pelas marcas discursivas, o destaque social da narradora, branca, perante o grupo a que se incorporava. Detentora de autoridade, encontrava-se numa relação de igualdade com o senhor de escravos. Tanto é que, assumiu-se como abolicionista e atuou em defesa de Joana. Por essa ação, desmascarou e intimidou o fazendeiro pela falcatrua cometida contra a escrava. A narradora sentenciou que a liberdade de Joana seria transferida ao filho, Gabriel. Fato amargado pelo senhor de escravo, que se resignou com o veredicto da voz narradora abolicionista.

O cristianismo que amparou a voz narradora, não pode dignificar a personagem Joana, porque o enclausuramento e a árdua jornada de trabalho, fundantes do regime escravo, impediam-na de vivenciar os saberes do universo africano. Contrariamente, a religião edificou o veio existencial da depoente Dona Cândida. Solidária, agrega mais essa atribuição a sua labuta, doando parte de seu tempo, sobremaneira àqueles que não possuem recursos suficientes para procurarem profissionais da saúde, ou inversamente, recorrem numa primeira instância aos saberes religiosos dessa benzedeira para posteriores medidas.

A seqüência abaixo ilustra o caso que consagrou a depoente como benzedeira. Ocorreu num momento em que ela caminhava de sua casa em direção à casa de sua sogra. Em certo ponto do percurso, havia um aglomerado de pessoas. Uma mulher saiu desse grupo e dirigiu-se à Dona Cândida, com o seguinte discurso:

— ô dona, ô dona, ô dona, ô dona, pelo amor de Deus, vem aqui e sarva meu mininu qui ta morreno! Deu um acessu muito brabo, rolo tudu! Vem cá! Sarva! Mas aí eu falei:
— Sarvá o mininu di qui jeitu, meu Deus! Eu num sei nada não!

— Sabi sim, Dona! Sabi sim, pelo amor de Deus, vem e sarva meu fio! A senhora vem aqui e levanta meu fio!

Aí fiquei oiandu assim...o sentido foi embora! Num via ondi qui eu tava! Então cheguei pertu da criança, a muierada tudo im volta. Falei:

— Me dá um copo d'água pra mim, dona!

Ela busco o copo d'água. Sai...aí Deus falo assim: Fia, pega treis raminho e essa água aqui e vai passano nessa criança, qui ela vai levanta!

Peguei aqueles raminho...i u povu tudu oiandu em mim...mi oiandu. Peguei o copo, fui rezanu e num sei dondi saiu tanta oração. Naquela hora eu bezenu a criança, falanu os nome dos santu e sacudindu aquela água do copu na criança deitada, istribuchandu, enrolada. Daí a pocu aquela criança levanto (...)

Aí esparramô...aí esparramô. Num tive mais sussegu, mais nada! Genti chegano...gente chegano! (Entrevista Cândida Gomes, 2009)

O ato religioso moldou a vida de Dona Cândida e a fundou em sua comunidade. Há um sincretismo na ação ritualística e os conhecimentos da religiosidade africana encontram-se subtendidos. A ocorrência pode ser compreendida pela marginalização que se atribui à cultura africana, à mulher negra, cicatrizada pela pobreza. O rito simbólico acentuou-se pela manipulação de remédios, à base de ervas medicinais, ao emprego de água e de certos ramos, como alecrim e arruda, utilizados para aspersão, complemento do rito de benzimento. Atualmente, recorre ao terço, símbolo do cristianismo, e aproxima-se do modelo de religião ocidental, embora o princípio do rito tenha como fonte a cultura ancestral africana.

Resistir ao fatalismo, estruturar com dignidade a existência são elementos que marcam a discursividade de Dona Cândida. Em suas lembranças transparecem as peripécias para sobreviver. Subjugada pelo olhar severo de seu pai ausente, abdicou sua juventude ao assumir as funções de filha-mãe-irmã, dona de casa, provedora familiar. A ação laboriosa se repete na fase adulta no papel de mulher-esposa-mãe, no solitário encargo da direção familiar, distante do marido trabalhador. A resistência se ancora na ação religiosa, carregada de saberes implícitos de sua cultura ancestral.

“Meu coração é do povo!” Com essa afirmação, Dona Cândida sedimenta ações como sentir e agir, materializada no ato de benzer. A benzedura vai tecendo sua história, com três raminhos e um copo de água vai aspergindo confiança.

Nesse sentido, Joana e Dona Cândida são tecelãs da vida, representativas da coletividade, fomento da identidade. A memória evocada nos dois casos testemunha um fazer característico de uma comunidade.

O saber de Dona Cândida provém de sua memória e repercute a coletividade e ao mesmo passo consagra sua individualidade na materialização da benzedura.

Dessa forma, o ato de benzer se atrela ao grupo social do qual partilha a depoente. Em sua convivência coletiva, ela sorveu, armazenou, indiretamente, a feitura do benzimento, que foi se tecendo em sua memória. O ápice desse saber veio à tona no momento em que a comunidade lhe solicitou a socialização dos conhecimentos apreendidos, reproduzindo-os em prol do coletivo. O ato de lembrar demandou esfor-

ço, ao buscar os conhecimentos acumulados. Por isso, Bosi esclarece que “O caráter livre, espontâneo, quase onírico da memória é, segundo HALBWACHS, excepcional. Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho” (2004: 55).

No conto *A Escrava*, o papel social da escritora se faz evidenciar pelo discurso direto conferido aos personagens, de maneira especial, à voz negra feminina. Desse modo, desvelou os obstáculos em que se encontrava a mulher para atuar num espaço reservado aos homens brancos e de condição social privilegiada. Ao se projetar no outro, a intelectual Maria Firmina dos Reis, evidenciou a condição de miserabilidade a qual se encontrava submetida a população negra brasileira, incluindo nesse universo, a situação subalterna da mulher, por esse prisma, sua escrita ruma para a libertação e a emancipação do ser social.

Portanto, o eixo da comparação tem como sustentação a memória, que descortina o fazer dessas mulheres, que sofrem o mesmo processo de opressão, mas que respondem, no caso de Joana, sobrevivendo a partir da narrativa, e de D. Cândida, rememorando a vida. Histórias que persistem em irromper tempo e espaço.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao desvencilhar-se da visão etnocêntrica e masculina, Maria Firmina dos Reis denunciou a crueldade do tráfico e as profundas marcas que tatuaram corpo e alma negros, a situação de penúria em que se encontravam os afro-brasileiros. Além disso, desmascarou a perversidade do homem branco que explorava e alienava os direitos do negro. Sua estética primou por revelar o ser negro, e nessa medida trouxe do universo africano a cultura, a linguagem e a memória, delineou novos contornos à literatura nacional.

A somatória de vozes – passado/presente – que se efetua no ato da fala, nutrida nas fontes das lembranças, confere novo sentido à própria vida, na expectativa de um mundo melhor para os excluídos.

A discursividade feminina projeta-se para o futuro na perspectiva de valorização da identidade. Voz e memória negras reconstituem o tecido vital porque historicizam, ou seja, ao ser sujeito do discurso, ao se fazer enunciar, a palavra se reveste em ação à medida que desvela a condição da mulher num sistema crivado pela opressão. Opressão, que se solidificou com as barreiras temporais e se constitui em obstáculos, às vezes intransponíveis, àqueles que se encontram à margem social.

A agregação de vozes reconstitui a herança coletiva, esgarçada pela perversidade ideológica, porque “a oralidade, traço constitutivo da textualidade africana e afro-descendente, estará presente como construção retórica, como técnica estilística e como motivação temática, propulsora da memória sempre reagenciada na escrita de mulheres negras” (Gomes 2009: 4). Assim, memória, oralidade e escrita constituem

instrumentos expressivos de vida e ao compartilhar os dilemas, essas vozes almejam a feitura de uma nova história.

A palavra denuncia e anuncia. No conto *A escrava*, a narrativa conduz-se pela voz feminina que denuncia a escravização de seres humanos, na mesma medida que reivindica uma sociedade plural.

O eco ressoa e se presentifica na oralidade de Dona Cândida, que ginga com as adversidades, luta contra a marginalização a partir do ato de benzimento.

Almejou-se, ao aproximar no tempo presente os relatos, ilustrar que a configuração do espaço continua injusta, pois a manifestação de pensamentos, materializada nos discursos, mantêm pontos convergentes. Há na enunciação dessas mulheres características que as aproximam, as identificam. A voz passado/presente indicia a condição de ser mulher negra. A memória é fator relevante na feitura das protagonistas, pois nela há traços culturais que revelam estratégias de sobrevivência numa sociedade regida pela discriminação. Olhares femininos guiados pela percepção, atenção detalhada, aflorados da memória, trazem à tona a dor e experiências edificadas na tessitura de suas vidas. De objeto a sujeito, a memória/palavra (re)elabora, alicerça a subjetividade feminina. Torna-se signo transgressor às normas oriundas da soberania patriarcal e à degradação humana que penaliza, sobretudo, as comunidades negras.

A voz que é praticamente ausente, por ser silenciada no regime de escravidão, tem pouco espaço na sociedade atual. No discurso literário hegemônico são raros os momentos em que há uma produção discursiva na qual a mulher negra tem voz.

Embora nossa sociedade se pautem por discurso igualitário em seus textos legais, a produção discursiva ainda é insuficiente. Mesmo com leis que garantam e incentivam o estudo da cultura africana, há resistências em relação àqueles que se postulam a favor da africanidade brasileira. Transparece a incapacidade na aceitação do outro, mascara-se o preconceito. O fato não inibe que vozes insistentes se rebelem contra o silêncio histórico. Nessa turbulência, evidencia-se um acontecimento etnológico, que vem se afirmando, tomando consistência na escrita, registrando uma literatura reveladora da voz negra, do ser negro, cunhada por afro-brasileiros. Em larga medida, essa escritura guia-se na memória cultural africana, transgride as regras gramaticais, vibrando um grito sufocado pelo processo da escravidão que se evidencia em forma de discriminação. Essa é a questão da literatura afro-brasileira.

REFERÊNCIAS

BENJAMIN, Walter. 1994. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7ª ed. São Paulo: Brasiliense.

BOSI, Ecléa. 2004. *Memória e Sociedade: Lembranças de velhos*. 12ª ed. São Paulo: Companhia das Letras.

DUARTE, Eduardo de Assis. 2007. "Literatura Afro-brasileira: um conceito em construção." N. Barbosa Afolabi & E. RIBEIRO, orgs. *A Mente afro-brasileira*. Treton-EUA/Asmara-Eritréia: África Word Press. Disponível em <http://www.lettras.ufmg.br/literafro/frame.htm>, acesso em 15/6/2009.

———. *Maria Firmina dos Reis e os primórdios da ficção Afro-brasileira*. Disponível no site: <http://www.lettras.ufmg.br/literafro/frame.htm>, acesso em 18/6/2009.

FERNANDES, Frederico Augusto Garcia. 2002. *Entre histórias e tererés: o ouvir da literatura pantaneira*. São Paulo: UNESP.

GOMES, Heloísa Toller. "Visíveis e Invisíveis Grades": Vozes de Mulheres na Escrita Afro-descendente Contemporânea. Disponível em <http://www.lettras.ufmg.br/literafro/artigoheleisa.pdf>, acesso em 16/8/2009.

HALBWACHS, Maurice. 1990. *A memória coletiva*. 2ª ed. Trad. Laurent Leon Schaffter. São Paulo: Vértice.

IANNI, Octavio. 1988. "Literatura e consciência." *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros da USP*. Edição Comemorativa do Centenário da Abolição da Escravatura, n. 28. São Paulo: USP.

LOBO, Luiza. 2007. *Crítica sem juízo*. Rio de Janeiro: Garamand.

———. 1993. "Auto-retrato de uma pioneira abolicionista." *Crítica sem juízo*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1993.

NASCIMENTO, Gizêlda Melo do. 2006. *Feitio de viver: memórias de descendentes de escravos*. Londrina: Eduel.

ONG, Walter. 1998. *Oralidade e cultura escrita: a tecnologização da palavra*. Campinas, SP: Papyrus.

REIS, Maria Firmina dos. Dados biográficos. Disponível em <http://www.lettras.ufmg.br/literafro/frame.htm>, acesso em 18/6/2009.

REIS, Maria Firmina dos. 2004. *Úrsula; A escrava*. Florianópolis: Editora Mulheres; Belo Horizonte: PUC Minas.

SOUZA, Florentina. 2007. "Memória e performance nas culturas afro-brasileiras." *Representação performáticas brasileiras: teorias, práticas e suas interfaces*. ALEXANDRE, Marcos Antônio (org). Belo Horizonte: Mazza Edições.

FEMALE AND ETHNICAL VOICES: THE NARRATIVE AS AN EXPRESSION OF LIFE

ABSTRACT: The memory of two african descendants, one from the 19th century tale "A Escrava" by Maria Firmina dos Reis, and the other from the 21st century, a deponent to my research, is a vertex in this work. Approaching these voices permeated with the taste of the african culture although apart in time and space reveal what is to be a black woman in an exclusive society.

KEYWORDS: blessing; memory; memory voice; religiosity.

Recebido em 12 de outubro de 2009; aprovado em 30 de dezembro de 2009.